



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

A TODOS OS TRABALHADORES

COMUNICADO Nº. 7/78 em 13/3/78

A GREVE NACIONAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

UMA EXPLICAÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA DIRECÇÃO-GERAL DAS CONTRI- BUIÇÕES E IMPOSTOS

COMUNICADO

Considerando, a marginalização a que foi votado, com a exclusão das negociações com a Administração, cujos motivos neste momento não interessa divulgar, que teve a sua concretização prática na P. R. C. apresentada por 23 Sindicatos da Administração Central, Regional e Local.

Porque o nosso Sindicato, tratando-se de uma organização de classe que abrange todo o País através da maioria dos trabalhadores sindicalizados em Repartições de Finanças concelmas e Direcções de Finanças distritais.

Reconhecendo que não é sectorialmente que se deve responder a falta de visão da realidade por outros, que ostensivamente esquecem que este Sindicato existe porque os trabalhadores quiseram, e não por mero capricho de uma minoria.

Considerando que somos igualmente trabalhadores da Função Pública e tratando-se de obter melhores condições de vida para todos, não faria sentido que nos abstivéssemos num momento tão decisivo da luta.

No entanto, considerando que depois de prévia consulta às bases, não ficou este Secretariado mandatado para decretar a greve, por virtude de apenas 30 % dos trabalhadores se terem pronunciado, entendendo o mesmo que não obstante esta contrariedade, não pode deixar de seguir a justiça da sua luta.

O SECRETARIADO

(este comunicado foi publicado, no dia 9 do corrente mês, nos seguintes diários: "Diário Popular", "A Capital" e "Comércio do Porto").

Desde que se constituiu este nosso Sindicato foi o acontecimento que serve de título a este comunicado aquele que provocou o maior número de críticas a este Sindicato. Em parte com razão, diga-se. E na aparência, até, com razão total, reconheça-se. Para quem está fora dos centros de decisão há coisas que se tornam mesmo incompreensíveis. E é por isso que se torna bem necessária uma explicação deste Secretariado. E vamos dá-la. Francamente. Sem subterfúgios. Esperamos que a recebam do mesmo modo.

Há algumas semanas que nós prevíamos que um qualquer processo de luta se devia desencadear a propósito do aumento salarial. Não sabíamos quando nem que forma revestiria. Mas tratámos, a tempo e horas, de procurar que os nossos sócios nos mandatassem para seguir um rumo determinado. Daí o ponto V do nosso comunicado nº. 4 deste ano. Queríamos duas coisas com esse comunicado: ficar mandatados para qualquer acção futura e saber qual a opinião da maioria dos nossos sócios, dos quais somos representantes.

Infelizmente o processo começou a correr mal nesse ponto. Tivemos respostas, quase todas no sentido de mandar o Secretariado para acompanhar os outros funcionários públicos na luta que travassem em defesa da proposta reivindicativa comum. Mas o número delas esteve muito longe de ser maioritário. Sabíamos qual era a tendência geral, principalmente no Norte e Centro, mas não tínhamos resposta sequer de metade dos serviços, bem longe disso.

E veio a marcação da greve para o dia 10. Com pouca antecedência. E numa ocasião má para o Secretariado pois calhou ter os seus elementos em grande parte dispersos e ausentes dos locais habituais. Com isso foi impossível que ele reunisse antes de terça-feira, dia 7. Foi difícil chegar-se a um consenso e o debate durou o dia todo. Debateram-se as teses de quem queria aderir à greve mesmo correndo o risco de não cumprir o condicionalismo legal e os que queriam correr esse risco. Prevaleceu, finalmente, a primeira opinião. Mas materialmente já não havia tempo de enviar qualquer comunicado. Lançaram-se os comunicados para os jornais e foi o melhor que se pôde conseguir.

Uma garantia

Em muitos sítios sabemos que houve quem se rebelasse contra a decisão tomada. Ela foi fruto de uma série de circunstâncias adversas que não é fácil repetirem-se. Por que a nossa posição foi de absoluta concordância com os motivos da greve. E garantimos que tudo faremos para que essas circunstâncias não se repitam. Aliás, a questão da Proposta Reivindicativa Comum ainda não acabou.

Um Pedido e um apelo

Pedimos, veemente, aos sócios que tenham calma. O Sindicato não pode nem deve terminar por tal motivo. É preciso é que todos sejamos para o futuro mais activos e mais conscientes. Os sócios a responderem a todas as consultas. O Secretariado a agir. E lembrem-se, também, que o Secretariado está quase a findar o seu mandato. Se não concordam com ele não destruam por esse facto o Sindicato. Daqui por 2 ou 3 meses a orientação será diferente.

O SECRETARIADO

